

ADAPTAÇÕES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL AO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: O QUE PENSAM AS PROFESSORA, A DIRETORA E A SUPERVISORA PEDAGÓGICA

PASSOS, Barbara Thoany de Souza ¹

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas e bolsista do Programa de Educação Tutorial
thoany@gamil.com

PERES, Eliane Teresinha ²

² Orientadora e professora da FaE/UFPEL
etperes@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

Desde 2006, o grupo de pesquisa HISALES (História da Alfabetização, Leitura e Escrita, FaE/UFPEL), cadastrado no CNPq, vem desenvolvendo a investigação *Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos em municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul* (Capão do Leão, Rio Grande, São Lourenço do Sul, Piratini, Bagé, Pelotas, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar). Com maior ou menor grau, procura acompanhar, nessas localidades, esse processo.

No caso de Capão do Leão, o ensino fundamental de nove anos foi implantado nas escolas municipais, no ano de 2006, momento em que foi acrescido um ano no ensino fundamental, mais especificamente, ao período destinado à alfabetização.

A escola acompanhada na pesquisa, localizada nesse município, iniciou a implantação do ensino fundamental de nove anos no ano de 2007, sob a supervisão da SME - Secretaria Municipal da Educação. O critério utilizado para a escolha da escola se deu pela sua abertura à pesquisa.

A adaptação ao ensino fundamental de nove anos requer mudanças na escola no que diz respeito a espaço físico, currículo e formação de professores. Conforme as orientações do Ministério da Educação e da Cultura, com a modificação do ensino fundamental para nove anos não se trata de uma transferência do que se ensina na primeira série para o primeiro ano, é uma divisão da alfabetização em dois momentos: primeiro e segundo ano.

A presente pesquisa pretende verificar o que foi desenvolvido na escola, no período de adaptação para a implantação do ensino fundamental de nove anos, quais as modificações e adaptações efetivadas no que diz respeito à qualificação docente das professoras para trabalhar com o primeiro ano, bem como o critério de escolha dessas professoras; às adaptações e/ou reformas do espaço físico escolar; ao currículo estabelecido para a alfabetização.

Também cabe a essa pesquisa verificar, sob a ótica das professoras, como foi a aceitação por parte dos pais dos alunos quando ficaram sabendo do novo ensino fundamental e suas novas diretrizes. Além de constatar dados referentes à posição das pesquisadas no que diz respeito à implantação do ensino fundamental de nove anos, divulgando, assim, as diferentes opiniões, positivas e negativas, que durante essa implantação e adaptação foram formuladas por elas.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram realizadas visitas à escola pesquisada e entrevistas semi-estruturadas, desenvolvidas no âmbito da pesquisa *Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos em municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul*. Essas entrevistas foram feitas com a supervisora pedagógica, a diretora e as professoras que já lecionaram em salas de aula de primeiro ano da escola. No total foram cinco entrevistas, realizadas durante os meses de maio e junho do ano de 2010. O roteiro de entrevistas para cada função da escola foi organizado conjuntamente pelos integrantes de pesquisa do grupo de investigação e utilizado em todos os municípios pesquisados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todas as entrevistadas apresentam opiniões positivas e negativas quanto à implantação do ensino fundamental de nove anos. A divergência entre as opiniões formuladas foi mínima em cada um dos aspectos analisados.

As posições dos sujeitos estudados, até agora, se baseiam, em sua maioria, nas práticas que desenvolveram no ambiente escolar e na sala de aula de primeiro ano. Segundo as entrevistadas, tiveram pouco acesso a materiais e referencial teórico relativos à implantação do ensino fundamental de nove anos. Os materiais acessados, ou vêm da Secretaria Municipal de Educação ou são conseguidos de colegas de trabalho e da diretora da escola. Esses materiais, aos quais se referem, são, em sua maioria, artigos de revistas ou jornais.

Durante todas as entrevistas, apenas uma das entrevistadas concluiu que a implantação do ensino de nove anos não era necessária, pois segundo ela “as crianças bem estimuladas não precisam de dois anos para a alfabetização” (Diretora da escola municipal de Capão do Leão, 11/05/2010).

De acordo com as entrevistadas, a escola não teve mudança em sua infra-estrutura. Segundo elas, a mesma já possuía salas de aula suficientes para a implantação de ensino fundamental de nove anos e não julgaram necessárias outras modificações. Inclusive não existem classes específicas para crianças nas salas de aula de primeiro ano.

Segundo os dados, a aceitação por parte dos pais dos alunos foi gradual. No início dessa mudança, alguns entenderam o primeiro ano como uma “pré-escola melhorada”, em decorrência disso se mostraram apreensivos. No entanto, com a explicitação do novo currículo nas reuniões de pais, eles foram entendendo que se trata de um ano a mais para a alfabetização. Porém, há dúvidas nos diferentes segmentos escolares sobre esse novo sistema de ensino.

4 CONCLUSÃO

As professoras, a diretora e a supervisora pedagógicas da escola pesquisada em Capão do Leão, em sua maioria, julgam que a implantação do ensino fundamental de nove anos tem como principal ponto positivo a ampliação do período de alfabetização para dois anos letivos. Formularam como argumentos que, com a alfabetização distribuída em dois anos, conseguem trabalhar no ritmo das crianças, e como retorno verificam uma melhor aprendizagem por parte dos alunos, quanto ao objeto de estudo trabalhado em sala de aula, ou seja, a língua

escrita. Nesse sentido, confirmam os argumentos apresentados nos documentos do MEC (2004, 2006, 2009), que indicam o ensino fundamental de nove anos como um facilitador da alfabetização, sendo essa desenvolvida em um ciclo de dois ou três anos para uma melhor aprendizagem dos alunos.

As críticas à implantação do ensino fundamental de nove anos estão relacionadas na não-retenção de alunos no primeiro ano, com a justificativa de que alguns alunos são promovidos para o segundo ano com defasagem de aprendizagem, e por isso o índice de reprovação no segundo ano aumenta. Com isso vão de encontro à idéia do MEC de não reprovação no primeiro ano do ensino fundamental, pois segundo o MEC não há retenção para não haver evasão escolar em demasia nas séries iniciais.

No que diz respeito ao espaço físico, não foram efetivadas adaptações no prédio e salas de aula da escola, pois o mesmo já possuía espaços para a inclusão de mais um série escolar (primeiro ano).

De acordo com as entrevistadas, a sala de aula do primeiro ano é formatada de forma tradicional, com classes grandes e enfileirada. O que vai de encontro às diretrizes estipuladas pelo MEC e pelo Conselho Nacional de educação (CNE), que se refere à sala de aula do primeiro ano como um ambiente alfabetizador voltado às especificidades da infância.

O currículo do primeiro ano da escola foi definido pela Secretaria Municipal de Educação, as professoras o seguiram.

Os documentos do MEC (2004, 2006, 2009), referentes ao ensino fundamental de nove anos não indicam qualquer metodologia de ensino específica, embora apontem várias alternativas para o trabalho em sala de aula, em especial com a língua escrita. Segundo esse, não há nenhum modelo a ser seguido, o que deve acontecer são oportunidades de formação continuada para os profissionais envolvidos. No entanto, na escola pesquisada, as professoras designadas para o primeiro ano não tiveram formação específica, o que demonstra uma desobrigação quanto à formação profissional dos professores que trabalhariam com os alunos de primeiro ano, referida nos documentos do MEC e nos pareceres do CNE.

Podemos afirmar, assim, que essa escola não está completamente preparada para a implantação do ensino fundamental de nove anos, em especial no que diz respeito à formação de professores e ao espaço físico. Porém, como diz RAPOPORT *et alii* (2009), o período de adaptação é necessário para verificarmos o que está bom e o que está ruim, e posteriormente fazer as próximas modificações.

5 REFERÊNCIAS

RAPOPORT, Andrea, SARMENTO, Dirléia Fanfa, NÖRBERG, Marta, PACHECO, Suzana Moreira (orgs.). ***A criança de seis anos: no ensino fundamental***. 1ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. ***Investigação Qualitativa em Educação*** – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Editora Porto, 1994.

MEC. Secretaria de Educação Básica - ***Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações gerais***. Brasília, 2004, 2006, 2009.

PERES, E. T.; NOGUEIRA, G. M.; MICHEL, C. B.; SILVA, D. R. ; DIETRICH, Mara Denise ; AZEVEDO, R. Q. ; BLÖDORN, R.B. . ***A implantação do ensino fundamental de nove anos em cinco municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul.*** Cadernos HISALES, v. 1, p. 1-68, 2007.

<http://www.cnedu.pt/> Acessado em 20/08/2010.